

Praça Quintino Bocaiuva, 31 Fone/Fax: (14) 3346-8000 Cx Postal 51

CEP 18960-000 Bernardino de Campos Estado de São Paulo

Site: www.bernardinodecampos.sp.gov.br email: gabinete@bernardinodecampos.sp.gov.br

CNPJ: 44.563.591/0001-80 IE: Isento

## LEI MUNICIPAL N° 2.106, DE 15 DE MARÇO DE 2019

Institui o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal com a Fazenda Pública do Município de Bernardino de Campos – REFIS e dá outras providências.

ODILON RODRIGUES MARTINS, Prefeito Municipal de Bernardino de Campos, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Bernardino de Campos, aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica instituído o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal com a Fazenda Pública do Município de Bernardino de Campos, Estado de São Paulo, destinado a promover quitação de débitos tributários e não tributários inscritos em Dívida Ativa, originários dos seguintes tributos e multas:

I – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;

II – Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU;

III - Plano Comunitário de Melhoramentos - PCM;

IV – Alvarás/ Taxa de funcionamento.

Artigo 2° - A adesão ao REFIS implicará nas seguintes reduções:

I – 100% (cem por cento) da multa moratória e dos juros moratórios,
 nos casos de pagamento de débito à vista;

II – 85% (oitenta e cinco por cento) da multa moratória e dos juros moratórios nos casos de parcelamento de débito com números de parcelas até o máximo de 12 (doze) vezes;

III – 75% (setenta e cinco por cento) da multa moratória e dos juros moratórios, nos casos de parcelamento de débito com número de parcelas superiores a 12 (doze) até o máximo de 24 (vinte e quatro) vezes;

5

Pág

Página 1 de 4

Pérola do Planalto

Fone/ Fax: (14) 3346-8000 Praça Quintino Bocaiuva, 31 CEP 18960-000 Bernardino de Campos

Cx Postal 51 Estado de São Paulo

email: gabinete@bernardinodecampos.sp.gov.br Site: www.bernardinodecampos.sp.gov.br CNPJ: 44.563.591/0001-80

IE: Isento

IV - 65% (sessenta e cinco por cento) da multa moratória e dos juros moratórios, nos casos de parcelamento de débito com número de parcelas superior a 24 (vinte e quatro) até o máximo de 36 (trinta e seis) vezes;

V - 40% (quarenta por cento) da multa moratória e dos juros moratórios, nos casos de parcelamento de débito com número de parcelas superiores a 36 (trinta e seis) até o máximo de 48 (quarenta e oito) vezes.

Parágrafo único - As reduções previstas neste artigo abrangem as multas moratórias e os juros moratórios gerados antes, no ato, ou após a inscrição dos respectivos débitos em Dívida Ativa.

Artigo 3° - As reduções previstas nos artigos 2° desta Lei, aplicam-se também aos débitos que se encontrarem em discussões administrativas ou judicial, bem como, aqueles que decorrerem de procedimentos fiscais não encerrados no período de sua vigência, desde que, nesta última hipótese, a adesão ao REFIS obedeça ao disposto no Artigo 7°.

Artigo 4° - Nos casos de pagamento de débito em mais de 01 (uma) parcela, o valor das prestações não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), para pessoa física, e a R\$ 200,00 (duzentos reais), para pessoa jurídica.

Parágrafo único - Em qualquer caso, as parcelas serão mensais, sucessivas e de idêntico valor, sujeitando-se à incidência de correção monetária em conformidade com o disposto em Lei.

Artigo 5° - Ficam excluídos do REFIS os débitos procedentes das seguintes origens:

I – Administração Indireta do Município;

II – Preços Públicos;

III – Contratos Administrativos;

 IV – Outros débitos passíveis de inscrição na Dívida Ativa, não abrangidos por esta Lei.



REFIS:

Praça Quintino Bocaiuva, 31 CEP 18960-000 Bernardino de Campos

Fone/ Fax: (14) 3346-8000

Site: www.bernardinodecampos.sp.gov.br

Estado de São Paulo

email: gabinete@bernardinodecampos.sp.gov.br

CNPJ: 44.563.591/0001-80

IE: Isento

Artigo 6° - Somente serão incluídos no REFIS, o postulante que formular o pedido de adesão ao programa no período de vigência desta Lei e que efetuar, no prazo pactuado, o pagamento da primeira das parcelas ajustadas, inclusive nos casos de parcela única.

## Artigo 7° - O adesão ao REFIS importará:

I - No reconhecimento e confissão irrevogáveis e irretratáveis dos débitos dele constantes:

 II – Na expressa renúncia a impugnações ou recursos administrativos ou judiciais, relativamente aos débitos referidos no Inciso I, deste Artigo, e na sua desistência caso já existente;

III – Suspensão da exigibilidade dos créditos tributários incluídos no

IV – Suspensão de processos de execução fiscal;

 V – Renúncia de todos os processos (administrativos e judiciais) contra os lançamentos dos créditos incluídos no REFIS;

VI – Responsabilidade pelos ônus decorrentes dessa renúncia (custas e despesas processuais).

Artigo 8° - O descumprimento do parcelamento pactuado através do REFIS implicará na exclusão do aderente de novo parcelamento que possa vir a ser instituído, no imediato ajuizamento da execução fiscal pertinente, na retomada do executivo fiscal e a solicitação quando cabível, da penhora do imóvel e futuro leilão.

Artigo 9° - Fica assegurada a manutenção dos parcelamentos vigentes de débitos pactuados com o Município de Bernardino de Campos, firmados com base em regime diverso do estabelecido nesta lei, sendo, contudo, facultada a migração para o REFIS do seu valor remanescente total, inclusive juros de mora sobre o saldo devedor desde a data da origem do débito, bem como a adesão ao programa dos casos de parcelamentos anteriormente firmados e não integralmente guitados, ainda que rescindidos por falta de pagamento.



Praca Ouintino Bocaiuva, 31 CEP 18960-000 Bernardino de Campos

Fone/ Fax: (14) 3346-8000 Estado de São Paulo

Site: www.bernardinodecampos.sp.gov.br

email: gabinete@bernardinodecampos.sp.gov.br

CNPJ: 44.563.591/0001-80 IE: Isento

Parágrafo único - A migração ou a adesão ao REFIS referidas no caput deste artigo implicarão na renúncia do postulante ao parcelamento anterior e ficarão condicionadas à inclusão da integralidade dos valores dos débitos remanescentes, salvo se incompatíveis com o regime estabelecido nesta Lei.

Artigo 10 - A adesão ou migração ao REFIS dependerão de requerimento prévio.

Artigo 11 – Tratando-se de débito igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), o contribuinte poderá se valer dos descontos previstos no Artigo 2°, independentemente do número de parcelas pactuadas (limitando-se a 60 (sessenta) meses), desde que haja o pagamento da primeira parcela no percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) do débito.

Artigo 12 – O ato do Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Artigo 13 - Esta Lei vigorará pelo período de 90 (noventa) dias, contar, a partir de 18 de março de 2019 até 15 de junho de 2019, podendo ser prorrogado por igual período, mediante ato do Chefe do Poder Executivo.

Artigo 14 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bernardino de Campos, 15 de março de 2019.

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta data

PAULA JÚLIÀNE SOMAN DA SILVA FREDERICO

Responsável pelo expediente da Secretaria Administrativa